

PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES SOBRE AS DEMANDAS DOS STAKEHOLDERS NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL: O CASO DE UMA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Beatriz dos Anjos Furtado (*), Marina Barreiros Lamim, Camila Avozani Zago, Julianne Alvim Milward de Azevedo, Luís Cláudio Meirelles de Medeiros

* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (biaafurtado@yahoo.com.br).

RESUMO

O intenso processo de aceleração econômica, a expansão das atividades industriais e do capitalismo, aliados ao crescimento populacional, ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento, trazem consequências ambientais e à dinâmica das localidades. Percebe-se que a sociedade está buscando romper com antigos paradigmas da sociedade capitalista, buscando conciliar crescimento com desenvolvimento sustentável, havendo uma mudança de mentalidade de todos os agentes envolvidos com o processo produtivo (acionistas, empregados, fornecedores, clientes, governantes, além de vizinhos, grupos de cidadãos e o público em geral). O município de Macaé-RJ, localizado no norte fluminense, tinha sua economia ligada, inicialmente, à cultura do café, cana de açúcar e pesca, posteriormente, consolidou-se como um polo petroquímico de grande importância para a economia do Brasil. Esse desenvolvimento trouxe consigo alterações estruturais, ambientais e no capital social e industrial da região. Nesse contexto, esta pesquisa objetiva verificar de que forma o setor industrial de uma empresa do ramo petroquímico, localizada em Macaé/RJ, responde às demandas dos *stakeholders* no processo da gestão ambiental. Os recursos metodológicos utilizados dizem respeito à pesquisa bibliográfica, descritiva e de campo, cuja natureza é quali-quantitativa. Trata-se ainda de um estudo de caso, sendo que a coleta de dados deu-se por meio de questionários e entrevistas semi-estruturadas com colaboradores de um setor da empresa pesquisada. Por meio desta pesquisa foi possível verificar, entre outros aspectos, os *stakeholders* relevantes no processo decisório da gestão ambiental corporativa, assim como a identificação da forma que tal empresa responde às demandas dos *stakeholders* no tocante à gestão ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: *Stakeholders*, Gestão Ambiental, Indústria Petroquímica.

INTRODUÇÃO

No século XX, o Brasil sofreu um intenso processo de aceleração econômica, como também a expansão das atividades industriais e do capitalismo, associados ao crescimento populacional (SOUZA, 2005). Aliado a esse desenvolvimento, houve consequências ambientais e à dinâmica das localidades. No fim da década de 90, o foco na preocupação das indústrias quanto ao produto, é modificado e ampliado para as atividades envolvidas na produção, como a questão social, a gestão de resíduos industriais e a gestão dos recursos naturais.

A relação entre a empresa e a sociedade é elevada a um patamar superior, pois, com esta nova visão, “a empresa deve avaliar e tratar impactos, atuais e potenciais, de seus produtos, processos e instalações” (MARSHALL JR., 2001, p.78). Como fruto deste processo de desenvolvimento cresceram, proporcionalmente, os volumes de produção, a geração de quantidades de resíduos industriais de maior ou menor risco para o meio ambiente e o consumo de maior volume de recursos naturais. Essa preocupação com o meio natural faz com que, cada vez mais, o tema seja incorporado às ações e discursos empresariais e governamentais, vislumbrando soluções para o problema.

Nesse contexto, entraram em cena os principais agentes interessados no funcionamento das empresas, os *stakeholders*, os quais possuem influência direta nas companhias, e também com as causas ambientais nos processos produtivos. As empresas agora passam a ter responsabilidade sobre o meio natural que utilizam e que impactam, buscando, então, se adaptar a modelos de produção sustentáveis visando uma integração harmônica da sociedade com a ecologia.

O município de Macaé-RJ possuía, até a década de 70, sua economia baseada na agricultura e pesca, e atualmente é responsável por cerca de 80% da produção de petróleo brasileira. Com essa alteração econômica e produtiva do município houve também a alteração na sua vocação primária, alterando a sua estrutura, meio ambiente e capital social e econômico da região.

Face ao exposto, o questionamento desta pesquisa é: Como um setor industrial de uma empresa do ramo petroquímico responde às demandas dos seus *stakeholders*? Assim, este trabalho tem como objetivo verificar de que forma o setor

industrial de uma empresa do ramo petroquímico, localizada em Macaé/RJ, responde às demandas dos *stakeholders* no processo da gestão ambiental. Para tanto, buscou-se analisar quem são os principais *stakeholders* da indústria analisada, bem como a forma com que a empresa responde aos mesmos no tocante à gestão ambiental, por meio de entrevistas semi-estruturadas e questionários aplicados no mês de setembro de 2013.

Este artigo está estruturado em cinco partes, sendo a primeira a introdução que apresenta as considerações iniciais e o objetivo ao qual o trabalho se propõe. A segunda trata-se dos procedimentos metodológicos utilizados na realização deste estudo e um panorama da região estudada. Na terceira é apresentada a revisão da literatura sobre as questões ambientais a nível nacional e global, assim como a área de estudo, seguidos do estudo de caso, que contempla os resultados exploratórios da pesquisa. E, por fim, são expostas as considerações finais e as referências utilizadas.

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza por ser uma pesquisa bibliográfica acerca da temática ambiental. Com base nos dados obtidos foi elaborado um questionário de natureza quali-quantitativa, que foi pré-testado com os estudantes do Curso de Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, o que possibilitou a correção de distorções para posterior aplicação.

Após o pré-teste, o questionário foi aplicado junto a 12 colaboradores do setor industrial de uma empresa do ramo petroquímico, localizada no município de Macaé- RJ, totalizando 25% dos colaboradores do setor pesquisado. Dessa forma, este estudo caracterizou-se, ainda, por ser um estudo de caso que, de acordo com Roesch (1999, p. 155), consiste “na estratégia de pesquisa que visa investigar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto”.

A coleta de dados se deu *in loco*, em setembro de 2013, sendo que os resultados foram analisados de forma qualitativa. Este estudo classifica-se, ainda, como sendo de natureza exploratória, uma vez que enfatiza a descoberta de práticas ou diretrizes que podem ser modificadas por meio de alternativas (OLIVEIRA, 1999). Além disso, é um estudo descritivo, que expõe características e realizações de uma população (*stakeholders* de um setor industrial de uma empresa do ramo petroquímico em relação à gestão ambiental) (VERGARA, 2006; ANDRADE, 2009).

MUNICÍPIO DE MACAÉ-RJ

O município de Macaé – RJ está localizado na região norte fluminense, litoral do estado do Rio de Janeiro – Brasil, conforme ilustra a Figura 1. Macaé foi criada com a expulsão dos jesuítas da região, que anteriormente era povoada por indígenas. O município serviu durante muito tempo como base de escoamento da cana-de-açúcar e da produção cafeeira, comum na região além das atividades de pesca (CENTRO DE MEMÓRIA ANTÔNIO ALVAREZ PARADA, 2012).

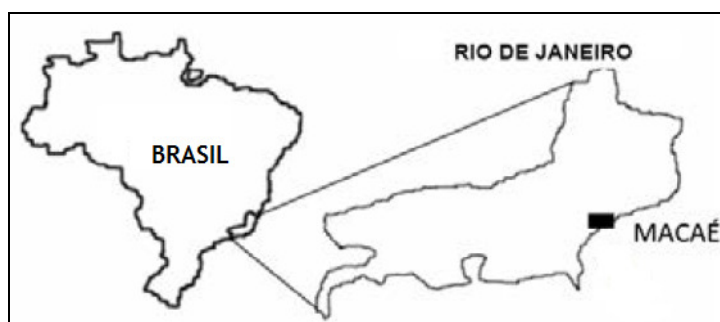


Figura 1: Localização do Município de Macaé-RJ.

A partir de meados da década de 70, com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, o Município que até então permanecia rural e uma vila de pescadores, começou a sofrer profundas mudanças em sua economia e cultura. Atualmente, a economia volta-se para o petróleo, visto que o Município detém cerca de 80% da produção de petróleo brasileira e 47% da produção de gás natural do país (CENTRO DE MEMÓRIA ANTÔNIO ALVAREZ PARADA, 2012).

Assim, o município apresentou nas últimas décadas um grande crescimento da indústria do petróleo, provocando o aumento populacional devido à chegada de gente de todo o país atraída pelas oportunidades de emprego. De acordo com

a Prefeitura Municipal (2014), Macaé possui cerca de 194 mil habitantes e conta, atualmente, com mais de 270 indústrias. Esse desenvolvimento e alteração da principal atividade da região, ao mesmo tempo em que movimentou a economia, trouxe consequências ao meio ambiente e à dinâmica da localidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

PRINCIPAIS CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS

A configuração das primeiras conferências públicas com questões ambientais foi dada pela nova sensibilidade iniciada pela deterioração do bem-estar, da saúde e da vida, com a crença de que estar à margem da poluição e degradação ambiental estariam também expostos a doenças, tendo prejuízos em sua qualidade de vida. As primeiras leis, conferências e iniciativas ambientais que surgiram no mundo alertando a importância do meio ambiente de sua sadia manutenção são expostas abaixo.

A primeira lei florestal foi decretada na cidade de Ur, na Suméria, no ano 2700 a.C., sendo pioneira no assunto que abrange preservação ambiental. Alguns séculos mais tarde, em 80 d.C., o senado romano decretou uma lei para proteger a água, armazenar durante o período de seca e permitir o seu uso para a limpeza de ruas e esgotos (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008).

No continente europeu, o primeiro processo ecológico que se tem conhecimento, ocorreu em Finale - Itália, no ano de 1700, este foi contra uma fábrica de cloreto de mercúrio que exalava gases tóxicos, prejudicando a qualidade de vida da população local. Anos mais tarde, um dos países atualmente mais ricos e desenvolvidos do mundo, os Estados Unidos da América (EUA), foi o primeiro a criar um parque nacional com a finalidade de preservação ambiental e uma área de lazer para a população. E foi no ano de 1872 que o Parque Nacional de Yellowstone – EUA foi criado, sendo um importante passo para assuntos de cunho ambiental, pois logo esse conceito se espalhou por diversos países do mundo e outros parques também surgiram, contribuindo para a preservação de recursos naturais de ecossistemas variados (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008).

Após o início do século XX e as primeiras iniciativas ambientais, criações de ONGs e Parques Nacionais, a importância do meio ambiente para a humanidade foi intensificada, gerando leis específicas para tratar desse assunto. No ano de 1962, o lançamento do livro “Primavera Silenciosa”, da escritora e bióloga norte americana Rachel Carson, alertava sobre os efeitos danosos de inúmeras ações humanas sobre o meio ambiente, como por exemplo, o uso de pesticidas e inseticidas. Antes do lançamento do livro, já havia um grande número de pessoas preocupadas com a degradação da natureza por ações antrópicas, porém o movimento ecologista de caráter político ganhou forças após a repercussão do livro. Como consequência dessa repercussão, alguns anos depois, países como Hungria, Noruega, Suécia, Alemanha e Estados Unidos da América, baniram o uso de inseticidas como o dicloro-difeniltricloroetano (DDT).

Dez anos após o lançamento do livro “Primavera Silenciosa”, em 1972, ocorreu a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em Estocolmo, na Suécia. As questões ambientais levantadas diziam respeito às poluições do ar, da água e do solo, que foram consequências do processo de industrialização. Essa reunião tinha como objetivo encorajar a ação governamental e dos organismos internacionais para promover a proteção do ambiente de ações antrópicas (SOUSA, 2005).

No mesmo ano da Conferência de Estocolmo, o Clube de Roma, um grupo formado em 1968 por intelectuais, cientistas e políticos, que observavam e discutiam sobre desenvolvimento sustentável, publicou “Os Limites do Crescimento”, um livro que relacionou e problematizou o crescimento populacional do mundo com o esgotamento dos recursos naturais. Anos mais tarde, no ano de 1983, as Nações Unidas criaram a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Comissão de Brundtland, a qual em 1987 publicou o Relatório Brundtland, ou Nosso Futuro Comum, que marcou a definição de desenvolvimento sustentável (KRONEMBERGER, 2001). O Relatório Brundtland introduziu o conceito de igualdade entre ricos e pobres, países desenvolvidos e em desenvolvimento, gerações atuais e futuras, e mostrou uma relação muito próxima e entrelaçada entre economia e ecologia.

As conferências ambientais internacionais passaram a ser comuns e com uma relevância cada vez maior. E no ano de 1992, a cidade brasileira do Rio de Janeiro sediou a Eco-92 ou “Cúpula da Terra”. Essa conferência adotou a Agenda 21, que é um programa com o propósito de “afastar” o mundo de um desenvolvimento econômico insustentável.

Dez anos depois da Eco-92 e dezesseis anos do acidente nuclear em Chernobyl, a “Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável” foi realizada na cidade de Johannesburgo na África do Sul, com intuito de fazer um levantamento das conquistas, desafios e das novas questões ambientais que surgiram desde a última cúpula. A discussão também foi voltada para ações relacionadas à erradicação da pobreza, à globalização e às questões energéticas, tais como Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o Protocolo de Kyoto (que foi assinado em 1997, propondo a diminuição das emissões de gás carbônico e incentivando o reflorestamento), bem como às mudanças climáticas, entre outros (SOUSA, 2005).

Marcando o vigésimo aniversário da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em Estocolmo, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), em 2012 na cidade do Rio de Janeiro, na qual foram avaliados os progressos desde a última conferência em 2002 na África do Sul, além de avaliar as falhas existentes na gestão governamental de cada país sobre os recursos naturais e traçar perspectivas futuras quanto às questões ambientais.

Essas conferências tiveram como um dos principais objetivos chamar a atenção não somente dos governantes, como também da sociedade civil, para o meio ambiente, e praticar cada vez mais a sustentabilidade, visando a preservação e conservação dos recursos naturais. Além de frisar a importância da integração do homem com uma natureza sadia, que é de direito de todos.

AMBIENTALISMO NO BRASIL

O Brasil teve seu território descoberto no final do século XV e início do século XVI, fruto de uma pressão política e econômica que estava sendo desenvolvida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias. Ao passo que as colônias de povoamento do hemisfério Norte da América atraíam os colonos com propagandas e engodos (FURTADO, 2005) para a fomentação da economia e da política, o Brasil, no mesmo período, continuava a ser uma fonte de riquezas para Portugal, sendo então colonizada para exploração dos recursos naturais.

Observando a extração desordenada das riquezas naturais, a primeira legislação florestal brasileira confeccionada foi sobre a espécie vegetal nativa do país, o pau-brasil. Com objetivo de instituir permissões especiais para o corte do pau-brasil foi elaborado, em dezembro de 1605, o “Regimento da Relação e Casa do Brasil”, fazendo com que o desmatamento fosse uma constante (BURSTYN; PERSEGONA, 2008).

Após anos de exploração dos minerais e espécies raras ou economicamente significativas por Portugal, o Brasil foi então utilizado para subsidiar plantio de espécies exóticas como a cana-de-açúcar e o café, que eram importantes para o mercado internacional (PÁDUA, 2002). Grandes fazendas açucareiras e cafezeiras necessitavam de mão de obra para fazer as plantações e colhê-las, essa carência foi suprida pelo comércio de escravos advindos da África. Esse comércio gerou grande riqueza aos senhores de engenho, fazendo com que as plantações tomassem proporções maiores e também, exaurindo mais o solo. A escravidão teria diversos aspectos negativos pela orientação de exportação e também a dependência de mercados mundiais (SCHWARTZ, 2009).

A realidade da agricultura brasileira, após anos de uso do solo, também se tornava diferente e, com o solo cansado e a mão de obra encarecendo, a manutenção da antiga produção era inviável (CAPANEMA apud PÁDUA, 2002). À medida que esse fato se instaurava, no ano de 1797, a primeira carta régia sobre conservação de florestas e madeiras foi assinada, afirmando a precaução com a preservação das matas brasileiras (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008).

No entanto, a questão ambiental no Brasil só começou a ganhar maior importância séculos mais tarde, na realidade, com a Conferência de Estocolmo em 1972 que, como já dito, foi palco de uma das primeiras e mais importantes reuniões para falar sobre o meio ambiente em contrapartida do movimento desenvolvimentista. Ao longo da década de 70 e, principalmente no início da década de 80, alguns problemas sociais se agravaram, graves distorções como a concentração da renda e da propriedade, tornando claro que as promessas desenvolvimentistas não se concretizaram. Assim, essa crise de desenvolvimento acabou por impulsionar a consciência pública a respeito da degradação ambiental. A devastação na Amazônia, no Cerrado e quase que a eliminação completa da Mata Atlântica em solo brasileiro, impulsionou grandes lutas contra ações que interferissem no meio ambiente, com apoio de ONGs internacionais às brasileiras, mostrando também o interesse mundial a respeito do meio ambiente no Brasil (JACOBI, 2003).

Um dos grandes marcos para o Brasil quanto ao ambientalismo foi com a formação da Assembleia Constituinte de 1988, que mesmo com um único candidato totalmente ambientalista, a receptividade da questão ambiental foi grande, transformando então a nova legislação ambiental uma das mais avançadas do mundo (JACOBI, 2003).

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Existem diversas visões e concepções acerca do meio ambiente, as quais estão sendo constantemente modificadas ao longo do tempo. Esse assunto foi base de diferentes discussões, sendo abrangido desde seu viés econômico até o viés social. Desde o início de sua decorrente exploração no continente europeu, o meio ambiente era visto como algo a ser dominado pelo homem, considerado ameaçador e esteticamente desagradável. O desenvolvimento do progresso humano era medido por sua capacidade de dominar esse mundo natural, pois ele era associado à obtenção de lucro, já que era visto somente como fonte de recursos e práticas de processos civilizatórios. Um meio ambiente civilizado era representado pelo progresso, pelo antropocentrismo, pelas boas maneiras e pela sofisticação. O meio ambiente natural, em consequência, era sinônimo de barbárie e ignorância.

A Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, foi o motivo para tamanha degradação ambiental da época. Como consequência dessa Revolução, houve o crescimento do número de fábricas, maior utilização do carvão, aumento da população em área urbana, expropriação camponesa, ausência de saneamento, grande propagação de epidemias, condições insalubres de vida, dentre outros problemas, causando a destruição de paisagens, espécies, ecossistemas e até mesmo a modificação da qualidade de vida da população, afetando, principalmente, a saúde pública.

Foi a partir do século XVIII que se iniciou uma importante mudança acerca do pensamento da humanidade sobre o meio ambiente, começando, assim, uma nova sensibilidade, que era voltada para a valorização dos vegetais, dos animais e das paisagens naturais. Essa nova sensibilidade foi iniciada também pela deterioração do bem-estar, da saúde e da vida burguesa da época, que mesmo com esse nível social, acreditando estarem à margem da poluição e degradação ambiental estariam também expostos a esses problemas, tendo prejuízos em sua qualidade de vida.

No Brasil, somente na década de 90, principalmente a partir da Rio 92, a problemática ambiental entrou na pauta de discussão de todos os grupos sociais. Percebe-se que a sociedade está buscando resolver um problema: “aliar o crescimento à qualidade de vida, de crescer sem destruir, de garantir a sua futuridade” (SANCHES, 2000, p.87), buscando conciliar crescimento com desenvolvimento econômico, causando uma ruptura do conflito clássico entre Economia e Ecologia.

As empresas passam a desenvolver processos estratégicos e estratégias de marketing não somente através da sua dimensão técnico-econômica, mas, sobretudo, como um jogo político institucional de legitimação de suas estratégias competitivas. Segundo Schmidheiny (1992, p.113) “as companhias estão percebendo que para conquistar e manter os consumidores em um mercado cada vez mais consciente das questões ambientais, os próprios produtos tem que ser mais limpos”.

Capra et al (1993, p. 27) afirma que algumas empresas percebem que “causar prejuízos ao meio ambiente poderia minar a sua competitividade”. Assim, Oliveira (2000) aponta cinco fatores como os principais motivos responsáveis pela a conscientização ambiental das empresas:

- As empresas percebem que podem ganhar em produção ou economizar recursos financeiros com a melhoria ambiental;
- A existência de leis ambientais inibe ações devastadoras;
- A sociedade civil tem aumentado a pressão relativa sobre questões ambientais;
- O mercado exige, cada vez mais, produtos que sejam feitos de forma ambientalmente sustentável;
- Investidores financeiros têm começado a valorizar ações de empresas “ambientalmente corretas”.

Uma das principais variáveis que começa a emergir como fonte de obtenção de vantagem competitiva está relacionada a aspectos ambientais: a forma como a empresa se relaciona com o meio ambiente, a gestão de efluentes, resíduos e de subprodutos da fabricação de bens, a obtenção de matérias-primas e a instalação de uma unidade produtiva em um determinado local, são tópicos cada vez mais relevantes na construção da imagem da empresa perante a sociedade.

Ocorre, desta forma, uma ampliação da identificação dos *stakeholders* que influenciam e até modificam a visão de interação entre a empresa e a sociedade. Este processo demanda um incremento na discussão de formulação de estratégias corporativas, pois a gestão empresarial passa a ficar centrada em interesses de conjunto das partes envolvidas, que buscam a excelência através da qualidade nas relações e a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Com isso, as organizações e a sociedade estão percebendo que as mudanças climáticas, as alterações ambientais e a exploração desenfreada do meio ambiente apresentam riscos sistêmicos para os negócios e para a manutenção da vida na terra. Assim, cada vez mais há movimentos de preservação do meio ambiente.

RESULTADOS

Os resultados obtidos com a pesquisa apontaram que 11 colaboradores têm conhecimento dos projetos ambientais que a empresa desenvolve e foram citados projetos como: Gerenciamento de resíduos, reciclagem, Projeto Tamar, Projeto Peixe-boi, Coleta seletiva do lixo, Avaliação Ambiental da Bacia do Rio Jacuelança, Projeto Ambiental GASduc III, Cinturão Verde, Matas Ciliares, Lagoas Costeiras, Coral Vivo e Recuperação da Baía de Guanabara. E apenas 1 colaborador respondeu que a empresa não desenvolve projetos ambientais.

No que diz respeito às principais dificuldades para melhoria ambiental da empresa, conforme ilustra a Figura 2, em ordem de prioridade, os entrevistados responderam: (i) nunca houve dificuldades para a melhoria ambiental da empresa; (ii) custo elevado dos equipamentos; (iii) outras, como, por exemplo, falta de bom senso; competência – qualidade; falta de interesse de alguns empregados; falta de interesse da comunidade do entorno da área de interesse ambiental e falta de estrutura para essa comunidade.

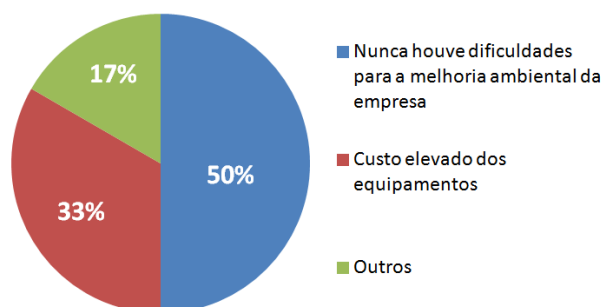


Figura 2: Principais dificuldades para melhoria ambiental.

Quanto às principais razões que têm levado a empresa a implementar iniciativas ambientais, em ordem de prioridade foram: (i) atendimento à legislação ambiental; (ii) melhoramento da imagem da empresa frente à comunidade e/ou sociedade e; (iii) atendimento às demandas dos órgãos ambientais, após visitas (Figura 3).

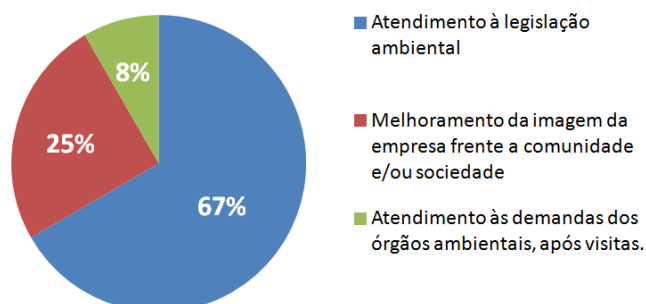


Figura 3: Razões que têm levado a empresa a implementar iniciativas ambientais.

No que diz respeito aos tipos de atuação na área ambiental ou social que a empresa possui externamente, em ordem de prioridade, foram: (i) projetos e/ou iniciativas em educação ambiental; (ii) reciclagem; (iii) manutenção de reservas ou parques (Figura 4).

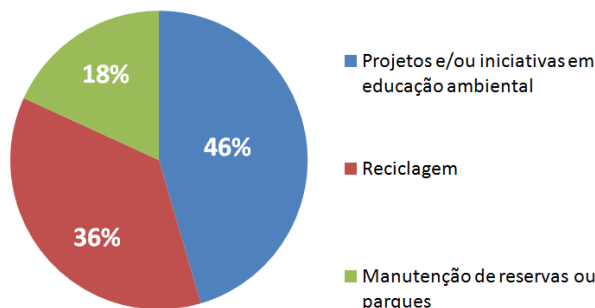


Figura 4. Tipos de atuação na área ambiental

De início, foi questionado sobre a existência de atividades realizadas que envolvam a questão ambiental na empresa, sendo constatada a realização de atividades como reciclagem, tratamento de água e esgoto, projetos de educação ambiental e coleta seletiva, sendo que 5 dos questionados pontuaram a importância da questão ambiental para a empresa. No entanto, foram apontadas dificuldades encontradas para a realização destas atividades de cunho ambiental, tais como falta de informações técnicas, dificuldade em seguir regulamentação ambiental e o custo de mão de obra especializada.

Em relação às principais razões que tem levado a empresa em questão a implementar iniciativas ambientais, as três alternativas mais assinaladas foram: (i) a busca de licenciamento; (ii) o melhoramento da imagem da empresa frente aos consumidores e/ou sociedade; (iii) e a mudança da política ambiental da empresa.

Já quando questionados sobre os projetos na área ambiental ou social que a empresa possui externamente, os resultados obtidos mostram que as respostas mais assinaladas pelos respondentes, foram: Projetos e/ou iniciativas em educação ambiental; Reciclagem; Manutenção de reservas ou parques; Compensação ambiental; Projetos ligados ao setor de saúde; Limpeza urbana.

Observando as respostas à pesquisa, foi possível verificar que a gestão ambiental tem sido extremamente considerada pela empresa, ainda mais levando em conta o ramo de atuação da mesma. Assim, foi possível identificar que os principais *stakeholders* relevantes no processo de gestão ambiental da empresa pesquisada diz respeito ao seu público interno, aos órgãos ambientais, aos consumidores e sociedade.

CONCLUSÕES

As intempéries ambientais, já eminentes na atualidade, tenderão a se agravar ainda mais ao longo das próximas décadas. Caso não haja preocupação com o meio ambiente e a melhor relação do homem com a natureza, pode haver uma escassez ainda maior de recursos e um abalo no desenvolvimento econômico, industrial e ambiental.

Este estudo teve por objetivo verificar de que forma o setor industrial de uma empresa do ramo petroquímico, localizada em Macaé – RJ, responde às demandas dos *stakeholders* no processo da gestão ambiental. Dessa forma, foi possível verificar, entre outros aspectos, que a empresa possui diversos projetos socioambientais e que a maioria dos colaboradores pesquisados possui interação com os projetos desenvolvidos pela empresa.

Apesar da pesquisa apontar que a empresa estudada implementa atividades voltadas à Gestão Ambiental, motivada, em grande parte pela busca de licenças ambientais, isto é, guiadas pelas imposições da legislação ou pelo temor à fiscalização, vários projetos são desenvolvidos. A empresa possui grande envolvimento com as questões ambientais do município, trazendo melhorias para a empresa, seus colaboradores e os demais *stakeholders*, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Os colaboradores, de maneira geral, têm consciência dos projetos desenvolvidos pela empresa e estão comprometidos com os mesmos. Os projetos desenvolvidos pela empresa são variados, e estão voltados principalmente para a educação

ambiental, reciclagem e manutenção de parques e reservas. Dessa forma, pode-se afirmar que a empresa responde de maneira positiva no que diz respeito aos projetos e iniciativas na gestão ambiental.

Ressalta-se, ainda, a importância do desenvolvimento de projetos socioambientais com o propósito de atingir o desenvolvimento econômico, social e sustentável, especialmente em setores da economia que dependem do meio ambiente como fonte de matéria-prima e energia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. A ONU e o Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/aonu-e-o-meio-ambiente/>. Acesso em: 30/04/2013.
2. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
3. BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. Cronologia. A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
4. CAPRA, F.; CALLENBACH, E.; GOLDMAN, L.; RUDIGER, L.; MARBURG, S. Gerenciamento ecológico: EcoManagement. São Paulo: Ed Cultrix, 1993.
5. CENTRO DE MEMÓRIA ANTÔNIO ALVAREZ PARADA. 2012. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/conteudo.php?idCategoria=27&idSub=27&idConteudo=39>. Acesso em: 02/01/2012.
6. FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 32. Ed. São Paulo: Nacional, 2005.
7. JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003.
8. KRONEMBERG, D. Desenvolvimento local e sustentável: uma abordagem prática. São Paulo: Senac, 2001.
9. MARSHALL JR., I. Certificação Ambiental em Empresas Industriais: O caso Bayer e os reflexos na conscientização de seus funcionários e famílias. Revista de Administração Pública, v.35, n.º. 3, mai/jun, p.77-106, Rio de Janeiro, FGV:2001.
10. OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
11. OLIVEIRA, J. A. P. Os desafios da descentralização da implementação das políticas ambientais em países em desenvolvimento: o caso Brasil. CLAD, Buenos Aires, Argentina, 2000.
12. PÁDUA, J. A. Um sopro de destruição - Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888, Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
13. PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. Macaé: Petróleo e Desenvolvimento. 2014. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/macaee-petroleo-e-desenvolvimento> Acesso em: 30/07/2014.
14. ROESCH, S. M. A. Projetos de estágios e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudos de casos. 2.ed. São Paulo, 1999.
15. SANCHES, C. S. Gestão Ambiental Proativa. Revista de Administração de Empresas, V.40, n.º.1, p.76-87, an-mar/2000.
16. SCHMIDHEINY, S. Mudando o Rumo: uma perspectiva empresarial global sobre o desenvolvimento e meio ambiente. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
17. SCHWARTZ, S. B. A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno. Tendências e Desafios das Duas Últimas Décadas. UFPR, 2009.
18. SOUSA, A. C. A. A evolução da política ambiental no Brasil do século XX. Achegas.net, Rio de Janeiro, v. I, p. 26, 2005.
19. VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ pela bolsa de Iniciação Científica concedida à primeira autora e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ pela bolsa de Iniciação Científica concedida à segunda autora.